

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Maria Ciavatta
E-mail: maria.ciavatta@gmail.com
Instituição: Universidade Federal Fluminense, Brasil

Submetido: 30/06/2020
Aprovado: 31/01/2021
Publicado: 03/05/2021

doi 10.20396/rho.v21i00.8660288
e-Location: e021008
ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):
 CIAVATTA, M. O projeto industrialista dos empresários no governo Vargas. A fotografia como fonte histórica de trabalho-educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, p. 1-27, abr. 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8660288. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8660288>. Acesso em: 3 maio 2021.



O PROJETO INDUSTRIALISTA DOS EMPRESÁRIOS NO GOVERNO VARGAS. A FOTOGRAFIA COMO FONTE HISTÓRICA DE TRABALHO-EDUCAÇÃO



Maria Ciavatta*

Universidade Federal Fluminense

RESUMO

Neste texto, destacamos aspectos da história recente do Brasil, desde outubro de 2018, em particular, o crescimento de manifestações autoritárias pelo país, nas relações entre os cidadãos, no discurso agressivo contra opositores, expandido nas redes sociais, na ineficiência, indiferença e arbitrariedades do chefe da nação frente à pandemia do Covid19, além do apelo a uma retórica nos moldes fascistas. Teórica e metodologicamente, apoiamos-nos na concepção da fotografia como mediação histórica e nas reflexões de Fulvia Zega, historiadora italiana, que investiga a fotografia como fonte história do fascismo na Itália; do varguismo no Brasil; e do peronismo na Argentina. No estudo de como se escreve a história de Trabalho-Educação, temos a fotografia como fonte de pesquisa histórica no livro **Além da fábrica – O projeto Industrialista em São Paulo 1928-1948** de Paulo Miceli, editado pela FIESP em 1992.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho-educação. Fotografia. Fonte histórica. Autoritarismo. Industrialismo.

THE INDUSTRIALIST PROJECT OF ENTREPRENEURS IN THE GOVERNMENT VARGAS. PHOTOGRAPHY AS A HISTORICAL SOURCE OF WORK-EDUCATION

Abstract

In this text, we highlight some aspects of Brazil's recent history, since October 2018, in particular, the growth of authoritarian manifestations across the country, in relations between citizens, in aggressive discourse against opponents, expanded in social networks, inefficiency, indifference and arbitrariness of the head of the nation in the face of the Covid pandemic19, in addition to the call for rhetoric along the fascist lines. Theoretically and methodologically, we rely on the conception of photography as a historical mediation and on the reflections of Fulvia Zega, an Italian historian, who investigates photography as a historical source of fascism in Italy; varguism in Brazil; and Peronism in Argentina. In the study of how to write the history of Work-Education, we have photography as a source of historical research in the book **Beyond the factory** - The Industrialist project in São Paulo 1928-1948 by Paulo Miceli, edited by FIESP in 1992.

Keyword: Work-education. Photography. Historical source. Authoritarianism. Industrialism.

EL PROYECTO INDUSTRIALISTA DE EMPRENEDORES EN EL GOBIERNO VARGAS. LA FOTOGRAFÍA COMO FUENTE HISTÓRICA DEL TRABAJO-EDUCACIÓN

Resumen

En este texto, destacamos aspectos de la historia reciente de Brasil, desde octubre de 2018, en particular, el crecimiento de las manifestaciones autoritarias en todo el país, en las relaciones entre los ciudadanos, en el discurso agresivo contra los opositores, ampliado en las redes sociales, la ineficiencia, la indiferencia y la arbitrariedad del jefe de la nación frente a la pandemia de Covid19, además del llamado a la retórica a lo largo de las líneas fascistas. Teórica y metodológicamente, estamos basados en la concepción de la fotografía como mediación histórica y en el pensamiento de Fulvia Zega, una historiadora italiana, que investiga la fotografía como fuente histórica de fascismo en Italia; varguismo en Brasil; y peronismo en Argentina. En el estudio de cómo escribir la historia de Trabajo-Educación, tenemos la fotografía como fuente de investigación histórica en el libro **Más allá de la fábrica** - El proyecto industrial en São Paulo 1928-1948 de Paulo Miceli, editado por FIESP en 1992.

Palabras clave: Trabajo-educación. Fotografía. Fuente histórica. Autoritarismo. Industrialismo.

INTRODUÇÃO

Como parte das pesquisas sobre como se escreve a história da Educação Profissional, e tendo a fotografia como fonte de pesquisa social, (CIAVATTA, 2017, 2019), selecionamos o livro **Além da fábrica** – O projeto Industrialista em São Paulo 1928-1948 de Paulo Miceli, editado pela FIESP em 1992, para o exame da narrativa construída pelo autor sobre o projeto industrialista do governo Vargas.

Escrevemos sob o impacto de acontecimentos em curso no país, a partir de 2018, em particular, o crescimento de manifestações autoritárias nas relações entre os cidadãos, no discurso agressivo contra opositores, expandido nas redes sociais, na ineficiência, indiferença e arbitrariedades do chefe da nação frente à pandemia do Covid-19, além do apelo a uma retórica nos moldes fascistas.

Teórica e metodologicamente, na análise do livro de Miceli (1992), apoiamo-nos na concepção da fotografia como mediação histórica e na apresentação da Professora Fulvia Zega (Informação Verbal, 2018)¹ sobre a fotografia como fonte história do fascismo na Itália; do varguismo no Brasil; e do peronismo na Argentina. Na primeira seção, discutimos recentes acontecimentos no Brasil, marcados pela intolerância e pela violência, que sinalizam situações similares ao fascismo italiano. Na segunda seção, focalizamos o trabalho e o projeto industrialista dos empresários paulistas durante o governo Vargas (1930-1945). Na última parte, analisamos a narrativa verbal e fotográfica do projeto industrialista na obra de Paulo Miceli (1992).

AUTORIZADOS PARA A INTOLERÂNCIA E A VIOLÊNCIA?

Mas qual será o objeto dos relatos históricos, senão acontecimentos ocorridos em espaço-tempos determinados, contextualizados pelas mediações que dão sentido às ideologias e às práticas em curso, sob o olhar do presente que indaga sobre o passado?

Não podemos nos eximir de abordar as mediações políticas do fenômeno instigante e assustador da intolerância e da violência que estão se espalhando nas relações sociais, senão familiares, na sociedade brasileira. Aparentemente, não obstante manifestações contrárias à violência, o que “autorizou” esse processo perverso foi a palavra violenta, militarizada, desrespeitosa, impune do candidato, atual Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, nas eleições de 2018.

Várias são as fontes disponíveis, relatando episódios agressivos e até sangrentos entre cidadãos comuns, tomados de furor contra manifestações dissidentes ao projeto autoritário em curso, sem que se tenha ouvido do candidato palavras e medidas de contenção aos excessos indevidos dos apoiadores, em um regime democrático.



Fotografia 1 – “Mestre Moa do Katendê”.
Fonte: Rocha (2018, p. 18).

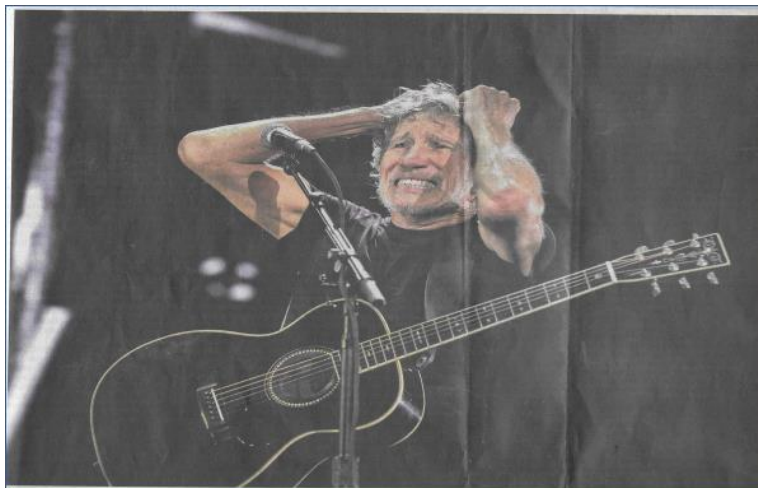
“Em Salvador, Mestre Moa do Katendê ensinava capoeira para crianças em situação de vulnerabilidade social. [...] O mestre de capoeira e criador do Afochê Badauê que foi assassinado por um fanático seguidor de Jair Bolsonaro.” (ROCHA, 2018, p. 17-18). Neste processo, observamos alguns fatos que entendemos correlatos. Primeiro, o assassinato de Moa de Katendê (Fotografia 1), em meio a uma discussão política de bar, em Salvador, entre o eleitor de Fernando Haddad e um defensor da candidatura de Jair Bolsonaro. “Desde 1º de outubro, pelo menos 40 brasileiros já foram vítimas de ataques da extrema direita, de acordo com um aplicativo desenvolvido por ativistas de direitos humanos”. (ROCHA, 2018, p. 18).



Fotografia 2 – “Meninas, eu vi”.
Fonte: Paiva (2018, p. 25).

“O Largo do Batata, em São Paulo, onde esteve Manuela [D’Ávila] e a filha Laura.” (PAIVA, 2018, p. 24-25). Segundo fato a chamar a atenção, (Fotografia 2), a contestação ao candidato autoritário, machista, racista, homofóbico, misógino, reunindo milhares de pessoas nas grandes capitais do país, a grande manifestação² chamada pelos movimentos feministas de “#eleNão”.

Outro fato marcante, de grande impacto pelo acirramento à intolerância, foi a “autorização” aos fiéis, dada por igrejas evangélicas, entre as quais se destacam a Igreja Universal e seu mentor principal, o Bispo Edir Macedo, para votar no candidato autoritário³.



Fotografia 3 – “Contra a parede”.

Fonte: Santos (2018, p. C1).

“O cantor Roger Waters em show no Allianz Parque, em São Paulo.” (MENEZES, 2018, p. C1). Um terceiro destaque pela imprensa, foi a surpreendente a reação da juventude no grande show em São Paulo (em 9/10/2018), do renomado músico britânico Roger Waters, de sua ex-banda *Pink Floyd* que alimentou gerações de jovens da contra cultura dos anos 1960 aos anos 1980. Diante de poucos aplausos e muitas vaias à palavra de ordem criada pelos movimentos feministas, “#elenão”, Waters (Fotografia 3) chamou à razão⁴, inutilmente, uma multidão de 40 mil pessoas, vibrante, até há poucos momentos, com as músicas e o artista, que, nas palavras do repórter, entra em convulsão: “O pandemônio foi tamanho, com vaias e xingamentos a Waters, que o músico permaneceu no palco sem dizer nada por quase cinco minutos”. (MENEZES, 2018, p. C1).

Também os editoriais de Tereza Cruvinel no Jornal do Brasil (CRUVINEL, 2018, p. 2) foram exemplares da análise da escalada do “reacionarismo cultural”, da intolerância com manifestações em defesa dos direitos humanos, de predisposição à violência na palavra e nas ações, nas ruas, nos bares, entre cidadãos das classes médias e dos setores mais empobrecidos da população.



Fotografia 4 – “Bolsonariando”.
Fonte: Souza (2018, p. 33).

“Apoiadores de Bolsonaro se reúnem na frente da casa do candidato, em um condomínio na Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio de Janeiro.” (ABBUD; DAL PIVA, 2018, p. 32). Chamou a atenção pela disposição explícita para a violência, como expressa a Fotografia 4. O número 17 (número do partido do então candidato Bolsonaro), composto como uma arma nas costas da camisa dos apoiadores e/ou homens segurança do candidato da direita, em frente à sua casa no Rio de Janeiro.

Atos hostis, de agressões verbais e até físicas, ocorreram, antes e depois da eleição, em várias regiões e cidades do Brasil, enquanto os partidos de centro direita se isentaram de agir diante da violência autorizada pelo grupo vencedor, como que um abandono das instituições democráticas que fizeram avanços após o fim da Ditadura Civil Militar (1964-1985).



Fotografia 5 – “O Presidente Bolsonaro na manhã de domingo, em meio aos apoiadores”.
Fonte: Ferreira e Anhanlete (2020, p. 01).

“No pior momento da pandemia, quando o Brasil é o segundo epicentro mundial, os estados cedem e flexibilizam o isolamento social. Bolsonaro cavalga no caos”. (FERREIRA; ANHOLETE, 2020). Eleito Presidente, Bolsonaro desdenhou as tradicionais coletivas à imprensa escrita e televisiva, mantendo-se nas mídias sociais. Em meio ao caos sanitário de

mais de 30 mil mortos e mais de 500 mil infectados no país, conforme dados de 02 de junho de 2020 (PAÍS..., 2020, p. 14)⁵, o Presidente (Fotografia 5) exhibe-se a cavalo em uma clara semelhança às inúmeras demonstrações de poder do ditador italiano, fascista, Benito Mussolini, em fotos, montado a cavalo. Esta “coincidência” não nos permite atribuir o adjetivo fascista ao Presidente, mas evidencia declarações e comportamentos nos moldes fascistas.

Schwartzman (1982, p. 35), entende que “A importância dos conceitos, bem como a teoria política ou qualquer outros, se mede pela riqueza dos fenômenos que eles ajudam a entender ou prever.” Os melhores conceitos seriam aqueles “que ajudam a dar sentido e significado a um conjunto maior de fatos e processos” históricos (SCHWARTZMAN, 1982, p. 35). O autor nos ajuda a situar a historicidade do termo “fascista” de uso frequente, hoje, nos meios de comunicação.

Em artigo recente sobre o “Fascismo à brasileira”, o grupo de cientistas sociais⁶ que assinam o artigo, remetem a Robert Paxton sobre as características do fascismo pela sua “estrutura das paixões”:

[...] o culto à violência e ao militarismo; a crença de que a salvação da pátria requer a eliminação dos inimigos internos por meio da mobilização permanente; o uso da identidade nacional através de uma concepção imunitária e agressiva do corpo social. Unindo tudo, a obediência ao líder, percebido como uma encarnação da vontade nacional. (SINGER, *et al.*, 2020, p. B16).

Como conjunto de ideias e ações, tais características estiveram presentes no governo na história do governo Vargas e incidem no governo Bolsonaro. Mas se partirmos da historicidade do fascismo, encontramos uma história própria no país de origem, a Itália. Suas características ganham a universalidade de um conceito que se concretiza em manifestações específicas nos contextos conservadores, autoritários, intolerantes aos diferentes, com o uso da violência na imposição da ordem concebida pelo poder de mando da autoridade eleita ou golpista.

Almeida e Toniol (2018, p. 8) afirmam que conservadorismo, fascismo e fundamentalismo são termos que nos remetem “[...] a casos históricos fundantes, cuja caracterização está diretamente associada a atores específicos, implicados em conjunturas históricas particulares. [...] fonte de um repertório simbólico que, embora lastreado pela história, ultrapassa a especificidade de seus eventos originários.”

Em Norberto Bobbio (1989) e Umberto Eco (2018), autores italianos, encontramos coincidências como os estilos varguista e bolsonarista de poder. Além da coerência com os pontos de vista delineados acima, sobre ideias e comportamentos, os autores nos dão a historicidade desse modo de ser na origem. Bobbio trata o fascismo como uma ideologia, embora tenha se feito crer que era anti-ideológico e se apresentasse como uma práxis, nas palavras de Benito Mussolini, o *duce* (*capo, condottiero*) italiano:

[...] o fascismo é uma grande mobilização de forças materiais e normais [...] não nos permitiremos o luxo de ser aristocratas e democratas, conservadores e progressistas, reacionários e revolucionários, legalistas e ilegalistas, segundo as circunstâncias de tempo, de lugar, de ambiente. (MUSSOLINI, 1934, p. 153, *apud* BOBBIO, 1989, p.205).

Bobbio (1989, p. 206, tradução nossa) acrescenta que Mussolini “[...] foi antidemocrático, antisocialista, antibolchevique, antiparlamentar, antiliberal e antitudo.”⁷ Por ser uma ideologia negativa, para ela confluíram várias correntes antidemocráticas.⁸ Para Eco (2018, p. 22), “Mussolini não tinha uma filosofia própria: tinha só uma retórica.”

[...] O fascismo não era uma ideologia monolítica, era, antes, uma colagem de diversas ideias políticas e filosóficas, uma colmeia de contradições. Pode-se conceber um movimento totalitário que se arrisca a pôr juntos monarquia e revolução, exército real e milícia pessoal de Mussolini, privilégios concedidos à igreja e uma educação estatal que exaltava a violência, o controle absoluto e a liberdade de mercado? O partido fascista nasceu proclamando sua nova ordem revolucionária, mas era financiado pelos latifundiários mais conservadores que esperavam uma contrarrevolução. (ECO, 2018, p. 25-26, tradução nossa).⁹

Merece atenção, ainda, o estudo de Aline Lacerda (1994, p. 241) analisando a **Obra Getuliana** “[...] livro documentário das realizações do governo de Getúlio Vargas em seu primeiro decênio de atividades [1930-1940].” O livro foi organizado pelo Ministro da Educação da época, Gustavo Capanema, contém 600 fotografias “[...] editadas, diagramadas e coladas às páginas [...]”, mas não chegou a ser publicado. (LACERDA, 1994, p. 241).¹⁰

O projeto político-pedagógico do regime era sua legitimação a partir da criação do Estado Novo em 1937. A propaganda se tornou uma questão de “[...] defesa nacional, ligada à manutenção da ordem e unidade da nação, ao mesmo tempo em que era capaz de desempenhar uma função educativa e coercitiva junto às massas [...] e construção de uma ideia da nação e do regime.” (LACERDA, 1994, p. 243).

Com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1938, o Estado ampliou o poder centralizador política e ideologicamente. Instituiu-se a fiscalização de jornais e revistas, além da produção própria de “[...] livros, folhetos, cartazes, cinejornais, programas de rádio com noticiários e números musicais, fotografias para uso na imprensa em publicações diversas ou em exposições, cerimônias cívicas etc.” (LACERDA, 1994, p. 244).

A **Obra Getuliana**, trabalho exemplar de um governo autoritário, permite-nos uma aproximação tanto com o contexto do projeto industrialista do livro de Miceli (1992), quanto com o contexto autoritário do governo Bolsonaro a partir de 2019. Historicamente, são diferentes quanto ao tempo de duração (o Estado Novo durou oito anos e o governo Bolsonaro ainda não completou dois anos; quanto à implantação das medidas totalitárias de fechamento das instituições democráticas no governo Vargas e de ameaças no governo Bolsonaro; em relação às tecnologias de comunicação e publicidade, na época de Vargas,

chamadas de difusão e propaganda (fotografia, rádio e cinema) e a utilização ampla das mídias sociais para se dirigir diretamente aos apoiadores e formar a opinião pública pelo governo atual. Como Lacerda (1994, p. 245) detalha sobre o uso do cinema, fotografia etc.:

O emprego desses novos meios de comunicação de massa pelo governo vem ao encontro da própria concepção de *massa* dos ideólogos do regime, qual seja, a unidade amorfa, incapaz de racionalização e, conseqüentemente vulnerável a ser conduzida por outros apelos como a emoção, a intuição etc. Daí o destaque atribuído às imagens na construção de representações míticas em torno do chefe do governo e do próprio regime.

Bolsonaro desdenha os canais tradicionais de comunicação com a grande imprensa e, “fala com o povo”, com a massa (seus apoiadores), diretamente nas mídias sociais (*twitter*, *facebook*, *instagram* etc.). Na correlação de forças políticas com o Legislativo, o Judiciário, movimentos sociais, associações científicas e profissionais, mantém-se como um governo democraticamente eleito. Não obstante, apoia-se em um Ministério da Economia radicalmente neoliberal, busca desmontar e privatizar as instituições culturais (cinema, artes, escolas, universidades). Em um contexto de outros governos e partidos atuais de direita e de uma economia altamente internacionalizada,¹¹ no que tange à indústria, diferencia-se do governo Vargas, de corte nacionalista.

O TRABALHO E O PROJETO INDUSTRIALISTA DOS EMPRESÁRIOS NO GOVERNO VARGAS

Quem autoriza, como se autorizam, como se geram, o que os alimenta, onde estão os fundamentos dos comportamentos coletivos? Mesmo se raciocinarmos sobre as classes trabalhadoras, identificadas como portadoras de um processo revolucionário de transformação das condições de opressão pelo sistema capitalista, não encontramos espontaneidade em seus movimentos. Mas encontramos maior ou menor adesão às ideias e às palavras dos líderes, de acordo com a adversidade das condições econômicas, de opressão e de ameaças à sua sobrevivência e de suas famílias.¹²

Eric J. Hobsbawm e Edward Thompson deram notável contribuição à análise histórica dos trabalhadores e das diferentes classes sociais em que se constituem nas sociedades capitalistas, na medida em que alargaram o conceito de classes proprietárias e não proprietárias dos meios de produção, ao considerá-los também nos seus grupos de pertencimento, familiares, religiosos, políticos, partidários etc. A concepção de história em Marx contém o embrião de suas análises:

[...] o pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para “fazer história”. Mas para viver é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. [...] satisfeita esta primeira

necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades [...]. (MARX; ENGELS, 1979, p. 39-40).

Da mesma forma em que é enfatizada a produção material da vida, é crucial entender a produção da consciência a partir das relações sociais na forma de produzir a vida. O marxismo não está isento da preocupação com as ideologias que permeiam e dominam a vida dos diferentes sujeitos sociais, de acordo com a divisão social e técnica do trabalho e a estrutura de classes gerada na apropriação privada dos bens disponíveis para a sobrevivência humana. (MARX; ENGELS, 1979).

Marx é claro em toda sua obra sobre a produção histórica da vida social que, no contexto de seu tempo e, também, na atualidade, é o tempo do capitalismo em profundidade e em abrangência, no planeta. Destacam-se as relações contraditórias, geradas entre a força da reprodução e acumulação do capital e as relações econômicas, sociais, científico-tecnológicas e culturais versus os trabalhadores submetidos à disciplina do trabalho assalariado ou precarizado, destinado à manutenção do sistema.

Isto posto, podemos avançar para tentar entender com as formas de produzir a vida, a cultura que se gera sobre os mais diversos aspectos da vida humana, sobre as formas de intercâmbio na história e no governo Vargas.

Esta concepção de história consiste, pois, em expor o processo real de produção, partindo da produção material da vida imediata; e em conceber a forma de intercâmbio conectada a este modo de produção e por ele engendrada [...] apresentando-a em sua ação enquanto Estado e explicando a partir dela o conjunto dos diversos produtos teóricos e formas de consciência – religião, filosofia, moral etc. [...]. (MARX; ENGELS, 1979, p. 55).

Buscando a compreensão aproximada dos acontecimentos políticos do Estado Novo (1937-1945) e do autoritarismo recente, observamos que estamos diante de conflitos ligados diretamente ao trabalho e às formas de sobrevivência das multidões brasileiras que aplaudiram proposições de moldes fascistas. Convivemos com a precarização das relações de trabalho, a fragmentação das classes sociais e as novas formas de extração da mais-valia. (entre outros, ver BRAGA, 2017; STANDING, 2013).

Do ponto de vista da totalidade social, como o conjunto das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos do mundo onde vivemos, estão as condições de vida precárias do contingente maior de população: desemprego, trabalho precarizado, condições de vida, moradia e saúde insalubres, educação elementar, insuficiente para uma leitura contextualizada do mundo. Prevalecem a apropriação indiscriminada das informações e opiniões das mídias sociais, a religiosidade desesperada pela ausência de respostas políticas a suas necessidades.

Falamos em trabalhadores e em trabalho na dupla acepção que lhe deu Lukács (1978): a primeira, o trabalho como atividade ontológica, fundante da vida humana na relação com os bens da natureza, imprescindível à sobrevivência biofísica e aos cuidados de si e do outro (saúde, cultura, educação), o trabalho como valor de uso. Na segunda acepção, falamos do trabalho nas suas formas históricas de dominação a serviço de outrem, desde as formas servis, feudais, às formas de escravização, às formas capitalistas de produção, o trabalho assalariado, a compra e venda da força de trabalho daqueles que não têm outros bens além de seu próprio corpo, posto em atividades a serviço da produção. (MARX, 1980).

O trabalho produtivo está no centro das reflexões que analisam o período do governo Vargas, particularmente, o Estado Novo. Para Oliveira (1982), o pensamento político que se constituiu em doutrina, no período, tem raízes nos movimentos intelectuais dos anos 1920. Entre os ideólogos citados, estão presentes Almir de Andrade que buscava “[...] na tradição a legitimação do regime [...]”; Azevedo Amaral que apresentava “[...] a modernização como justificativa para o reforçamento da autoridade do Estado [...]” (OLIVEIRA, 1982, p. 10-11), além de outras personalidades expressivas da época, Umberto Grande que idealizou a Universidade do Trabalho; Francisco Campos e Gustavo Capanema que atuaram na elaboração e implantação das reformas educacionais. Vargas seria “[...] o grande executor do projeto que se elabora, é sua própria materialização. Como um mito – um modelo exemplar, um ser de qualidades admiráveis – superpõe-se ao próprio projeto, transfigurando-se em expressão do Estado e da nação.” (GOMES, 1982, p. 146).

O projeto industrialista dos empresários paulistas ganhou força depois da Revolução de 30, embora já estivesse em andamento desde os anos 1920, como mostra Miceli (1992), com a criação de uma entidade de classe, o CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) em 1928. Sua organização e poder econômico, junto ao governo federal, cresceram e, em 1931, foi criada a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo)¹³ e a CNI (Confederação Nacional das Indústrias) em 1938.

Para Velloso (1982, p. 86), “Ao configurar o Estado com o ‘organizador jurídico-político da sociedade’ o discurso estado-novista se contrapõe frontalmente aos princípios do discurso liberal.” Situava-se na nova conjuntura posterior à primeira guerra mundial (1914-1918), quando se confrontavam a luta de classes, as greves e mobilizações dos trabalhadores que vinham, desde o início do século reivindicando a regulamentação das relações de trabalho (oito horas de trabalho, repouso semanal, proteção contra acidentes de trabalho, aposentadoria). No Brasil, anarquistas e socialistas empreenderam mobilizações e greves contra o trabalho semilivre herdado da tradição escravista de quase quatro séculos (meados do século XVI a 1888).

O país arrastava os problemas devidos à ausência de respostas do poder público, adequadas à República liberal proclamada, o não enfrentamento das condições precárias de vida e de trabalho da população. Para Gomes (1982, p. 120) “A questão social, assume neste contexto, a dimensão simbólica de encarnação dos males brasileiros e de bandeira

identificadora do cerne do projeto político-ideológico do Estado Novo.” O trabalho seria a via da promoção da justiça social¹⁴.

O Estado Novo reunia o ideal de justiça social e de valorização e humanização do trabalho. Estruturava-se a relação “[...] *homem do povo / Vargas* [...] na mitologia do trabalho como fonte de riqueza, felicidade e ordem social.” (GOMES, 1982, p. 164, grifo do autor). O trabalho apresentava-se como critério de cidadania e base ideológica para a estrutura do Estado e a organização da sociedade no Estado autoritário do governo Vargas. Estudiosa do trabalho no período, Gomes (1982, p. 116) explicita o pensamento da época:

O Estado liberal não apenas separava o homem da terra, mas igualmente separava o homem do cidadão e, desta forma, distanciava a cultura da política. O homem do povo, que cristalizava tudo aquilo que era produzido no país e que representava a sua cultura, estava afastado do homem político, do cidadão.

Santos (1979, p. 75) desenvolve o conceito de “cidadania regulada” pelas relações de trabalho, que ganha expressão - até os dias de hoje, apesar da desregulamentação do trabalho promovida pelos governos neoliberais - pela posse da carteira profissional, que atesta a localização do trabalhador em alguma das ocupações “‘**reconhecidas e definidas**’ em lei”. Esta “engenharia institucional” do período pós-Revolução de 1930, permitiu “[...] ao mesmo tempo, a criação de um espaço ideológico onde a ativa interferência do Estado na via econômica não conflita com a noção, ou a intenção, de promover o desenvolvimento de uma ordem fundamentalmente capitalista.” (SANTOS, 1979, p. 75, grifo do autor).

Esse pensamento formal e organizativo trouxe às indústrias trabalhadores tranquilizados pelo ideal de ascensão social e efetivação dos direitos do trabalho regulamentado (jornada de oito horas, descanso semanal, serviços assistenciais), além da gratidão ao Presidente Vargas. Mas, em defesa dos interesses das elites empresariais, os sindicatos foram criados sob a tutela do Estado. Os industriais paulistas, líderes da indústria no país, foram também beneficiados. O que queriam era a mão de obra disciplinada para o desenvolvimento econômico que foi favorecido com criação de infraestrutura produtiva e incentivos fiscais e financeiros. (IANNI, 1991).

Em vários momentos de seu livro, Miceli traz o pensamento dos empresários industrialistas, principalmente de um dos líderes mais ativos, Roberto Simonsen:

Em suma, o que Roberto Simonsen propunha era o controle da participação do Estado, exercido através dos órgãos representativos do setor industrial, disciplinando, no plano interno, a concorrência e reservando para a ação estatal a constituição das indústrias de base, não havendo possibilidade, ‘com a simples iniciativa privada’, de se fazer crescer a renda nacional. (MICELI, 1992, p. 131).

Além dos sindicatos tutelados nas negociações tripartites (trabalhadores, empresários e Estado através do Ministério do Trabalho), outras instituições foram criadas em benefício

do capital. E o caso do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho). Entre suas atividades principais, visava a organização de tempos e movimentos do trabalho, “conforme esclareceu [Roberto] Mange”:

[...] para compensar o desfalque do tempo de trabalho e as suas consequências econômicas, é necessário procurar os meios de um trabalho acurado, perfeito e rápido, em que todo movimento inútil possa ser eliminado, produzir mais e produzir melhor em um lapso de tempo curto. (REVISTA POLITÉCNICA, 1991, p. 95, *apud* MICELI, 1992, p. 137-138).

Outro apoio fundamental para os empresários foram as instituições de preparação de mão de obra. A disputa se a formação profissional seria feita no âmbito dos empresários com o MT (Ministério do Trabalho) ou dos educadores e o Ministério da Educação e Saúde Pública (mais tarde, nos anos 1950, Ministério de Educação e Cultura) mobilizou os intelectuais de ambos os setores do governo e seu desfecho conciliador foi a criação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) como queriam os empresários, e a criação da rede de escolas técnicas no âmbito do Ministério da Educação, ambos em 1942.¹⁵

O PROJETO INDUSTRIALISTA: A FOTOGRAFIA COMO FONTE HISTÓRICA

O livro **Além da fábrica**. O projeto industrialista em São Paulo (1928-1948), escrito por Paulo Miceli (1992), apresenta a visão corporativa dos empresários paulistas que comemoravam 20 anos de industrialização no estado. O projeto foi uma iniciativa do Estado e dos empresários que já haviam criado o Centro das Indústrias de São Paulo (CIESP), em 1928, pouco antes da Revolução de 1930.

“A famosa fotografia” (Fotografia 6) abre o livro, documenta e monumentaliza o poder dos empresários paulistas. “Os momentos iniciais do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, inaugurado a 1º. de junho de 1928.” (MICELI, 1992, p. 15).



Fotografia 6 – “A famosa fotografia”¹⁶.
Fonte: Miceli (1992, p. 15).

Na apresentação do livro, pelo Presidente da FIESP/CIESP, é claro o protagonismo dos empresários paulistas que aparecem em “a famosa fotografia”:

O empresariado passou a opinar, então, de maneira eficaz, sobre a administração da economia, propondo medidas, critérios e programas com a autoridade de quem não apenas conhece e estuda os problemas do País, mas os vive permanentemente, na sua prática diária. (AMATO, 1992, p. 5, *apud* MICELI, 1992, p. 5).

O livro tem 176 páginas de cuidada produção gráfica, com textos e 134 imagens, das quais 129 são fotografias e apenas cinco são outros documentos.¹⁷ Das fotos, 49 são vistas da grandeza dos prédios das fábricas (têxteis, cimento, bebidas) e de seu maquinário e processos produtivos. Além dos prédios das fábricas, a pujança da cidade de São Paulo aparece em fotos das ruas e nos edifícios-sedes da FIESP.

Do total, cinco são fotos oficiais das cerimônias do CIESP/FIESP, e em três, aparece o Presidente Getúlio Vargas.



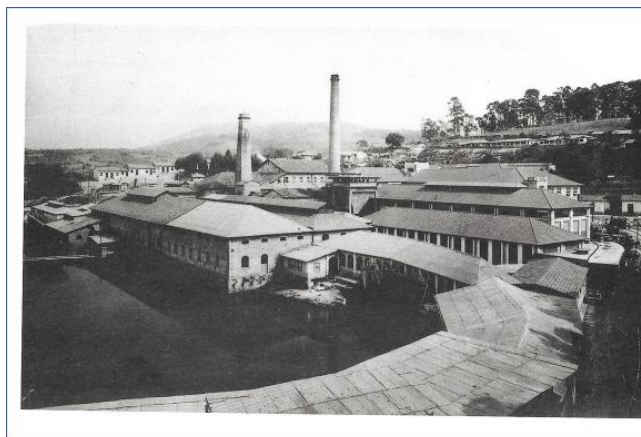
Fotografia 7 - O Estado na proposta industrialista¹⁸.
Fonte: Miceli (1992, p. 117).

“Desde os primeiros dias da República, a indústria vinha cimentando os seus laços com o governo” – Stanley Stein. Em foto do acervo da FIESP/ CIESP, de 24 de janeiro de 1943, Getúlio Vargas aparece ladeado por Roberto Simonsen e Fernando Costa, interventor de São Paulo”. (MICELI, 1992, p. 102). Há sete retratos dos dirigentes, fotos oficiais, sinalizando o poder na hierarquia institucional. E mais duas fotos personalizadas, uma numerosa família de imigrantes italianos e uma jovem também imigrante italiana (sem outras indicações). Além destas, as mulheres aparecem em dois grandes coletivos de homens e mulheres posando na saída da fábrica; algumas jovens aprendizes em uma oficina têxtil do SENAI; uma professora na sala de leitura; e algumas no Teatro de Operários.

Não há uma preocupação cronológica estrita, as fotos se alternam no tempo, vão do final dos anos 1920 às décadas de 1930 e 1940. Sua unidade é temática é o crescimento das indústrias paulistas durante o governo Vargas. O que as ordena são os subtemas: sobre a CIESP/FIESP: a primeira Diretoria do CIESP criado em 1928. A transformação da cidade

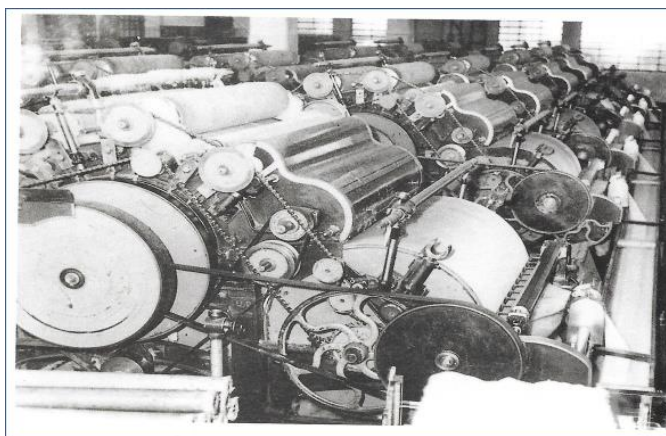
de São Paulo e suas fábricas, o industrialismo¹⁹ e o pensamento industrialista de Roberto Simonsen.

O livro de Miceli (1992) fala sobre as empresas e os empresários através de suas grandes indústrias. As fotos registram a grandiosidade da arquitetura das fábricas.



Fotografia 8 – “Fábrica de Papel Melhoramentos em Cieiras (SP) – 1934”.
Fonte: Miceli (1992, p. 32).

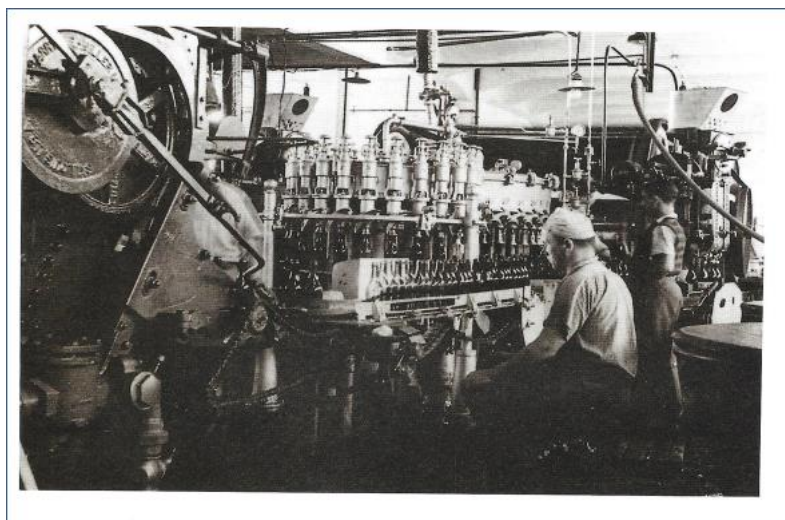
A cidade cresce, aumentam o número e a potência econômica das indústrias. As fotos mostram a exuberância da produção e a complexidade das máquinas. Os trabalhadores aparecem obscurecidos ou ausentes no discurso visual corporativo das grandes máquinas.



Fotografia 9 - “Rapidez, sobretudo RAPIDEZ! Foto de maquinaria da Santista Têxtil, na década de 40”.
Fonte: Miceli (1992, p. 102).

Muitas são as fotografias que mostram a grandeza dos maquinários. Algumas incluem trabalhadores. Mas os trabalhadores das fábricas, que aparecem nas fotos, estão no

fundo, insignificantes frente à grandeza das máquinas, de cabeça baixa ou ocupados, sem olhar para a câmera, ou de costas.



Fotografia 10 – “Na foto de 1940, engarrafamento de refrigerantes”.
Fonte: Miceli (1992, p. 35).

No início da Revolução Industrial e por décadas, as relações de trabalho foram desregulamentadas (salários, número de horas de trabalho, descanso semanal, proteção em casos de acidentes de trabalho, previdência). O início da produção fabril capitalista no Brasil não foi diferente, como mostram os historiadores (a exemplo de FAUSTO, 1986; HARDMAN, 2002). Diante das reivindicações, mobilizações e greves, os operários foram duramente reprimidos nas primeiras três décadas do século. Roberto Simonsen, “[...] o mais combativo e coerente industrialista que o Brasil já teve.” (MICELI, 1992, p. 81). De acordo com o autor, Simonsen fala em entendimento, alertando para a greve de 1917 e para a Revolução Russa:

Para sustentar esse entendimento, o empresário considerava imprescindível os princípios da organização racional d trabalho, tendo início aí sua longa caminhada em favor do taylorismo e do sistema Ford, os únicos métodos capazes de fazer crescer a riqueza, barateando a produção, elevando a produtividade e aumentando os ganhos, reduzindo-se com isso os conflitos internos à fábrica, através da ‘cooperação cordial entre patrões e operários’. (SIMONSEN, 1919, p. 9, *apud* MICELI, 1992, p. 86).

O industrialismo tem, como expressão visual da educação para o trabalho, as instalações e oficinas do SENAI em 17 fotos, sendo 5 delas sobre o SESI (Serviço Social da Indústria). Nas fotos de fábricas, nos escritórios, as mesas estão dispostas umas atrás das outras, como as carteiras nas escolas, todos os trabalhadores em pose atenta ao trabalho, anônimos na produção.

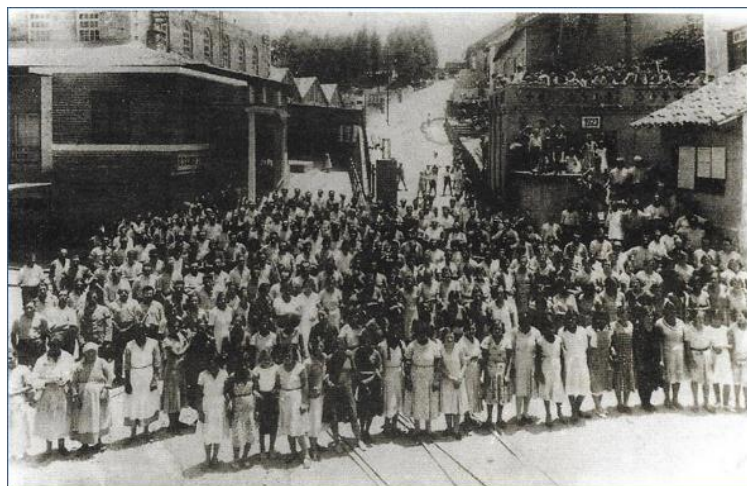


Fotografia 11 – “Oficina de aprendizagem do SENAI-SP”.
Fonte: Miceli (1992, p. 136).

“Em foto de 18 de setembro de 1944, uma oficina de aprendizagem de tornearia do SENAI-SP, Acervo SENAI.” (MICELI, 1992, p. 136). Os alunos do SENAI que se preparam para serem trabalhadores, mostram-se disciplinados, de cabeças baixas, atentos em suas bancadas de tornearia mecânica ou de outras especialidades, como ferramentaria, aprendizagem têxtil, artes gráficas, curso ferroviário. Expressam o trabalho e a ordem do sistema e a disciplina dos trabalhadores, nas fábricas e na educação.

Complementando o trabalho nas fábricas, o SESI (Serviço Social da Indústria) foi destinado a prover assistência e cultura aos trabalhadores das indústrias, como mostram as fotos da cozinha industrial, ônibus para transporte de marmitas de comida para os trabalhadores, aula do curso de leitura nas empresas, “caixas-estantes” enviadas às fábricas para consulta dos trabalhadores, Teatro dos Operários. (MICELI, 1992, p. 154-159).

Mas, o projeto dos industriais paulistas, sobretudo articula-se aos objetivos de transformação política e econômica da Revolução de 30 e ao governo “forte”, centralizador, autoritário do governo Vargas, em uma sociedade pautada pela desigualdade das classes sociais, herdeira dos valores do escravismo. Elites patrimonialistas versus trabalhadores excluídos dos benefícios sociais do trabalho e da educação, encontram-se na arena do que pretendia ser uma resposta modernizadora aos conflitos da nação brasileira.



Fotografia 12 – “Caieiras, 1933: trabalhadores da fábrica Melhoramentos”.
Fonte: Miceli (1992, p. 88).

Como no estudo das demais manifestações autoritárias, a análise do projeto industrialista deve se orientar pela historicidade dos acontecimentos. Diversas correntes historiográficas têm se dedicado ao estudo dos regimes autoritários. Reconhecemos a insuficiência teórica de certas concepções de história, que estudam os fenômenos de ordem material, psíquica e ideológica, e não consideram as formas de produzir a vida sob o modo de produção em que vivemos, o sistema capitalista. Neste trabalho, valemo-nos das reflexões dos historiadores sobre os movimentos de longo prazo, as ideologias que pautam os costumes e as crenças no contexto socioeconômico e político.

A cultura latente que organiza o comportamento coletivo, tanto pode alimentar a conformidade, como a transformação histórica da humanidade, dependendo dos eventos, dos caminhos e desfechos imprevisíveis, da organização da sociedade, do pensamento hegemônico, de suas formas de atuação democráticas ou autoritárias, despóticas e repressoras.

A palavra instaura formas de agir, autoriza os seus conteúdos e significados. Buscando suas ligações mais profundas com a história, encontramos um dos fundadores da *École des Annales*, Marc Bloch (2001, p. 128-135)²⁰, que trata “Da diversidade dos fatos humanos à unidade de consciência.” Bloch (2001) recorre a objetos e situações simples e seus referentes na vida dos seres humanos: uma fotografia, os fatos de linguagem, como a língua culta e a semiculta, o falar de todo dia, as crenças, um nome, uma data.

Deixando de lado os objetos cotidianos isolados, volta-se para os diversos e numerosos documentos ao longo de uma civilização. Eles refletem os muitos aspectos da vida humana, seus deuses, seus protagonistas (imperadores, produtores, traficantes ou simples trabalhadores). São tantos os aspectos no tempo e no espaço da vida real que é impossível sincronizá-los. E em cada documento individual ou coletivo, “[...] sem detrimento da ordem verdadeira do real que é feita de afinidades naturais e ligações

profundas [...]” (BLOCH, 2001, p. 129) afirma que não se poderia “[...] retrair todas as diversas atividades, cujo conjunto compõe uma sociedade.”

Destaca as relações de parentesco, os tipos de instituições, crenças, práticas, emoções religiosas, e pergunta se não “[...] parecem exprimir uma tendência particular, e até certo ponto, estável do indivíduo ou da sociedade?” (BLOCH, 2001, p. 129). Como explicar as diferentes vidas de um traficante, mas cuidadoso pai de família? E o comerciante medieval que, depois de praticar a usura ia à igreja rezar? Ou quando “[...] o grande fabricante dos ‘tempos difíceis’ construía hospitais com o dinheiro poupado sobre os miseráveis salários de crianças em andrajos?” (BLOCH, 2001, p. 133).

A questão das ideias humanas, das mentalidades, das ideologias que perpassam os tempos, tem toda uma geração de historiadores das mentalidades de que não nos ocuparemos aqui.²¹ Na língua portuguesa mentalidade pode significar “O conjunto dos hábitos intelectuais e psíquicos de um indivíduo, ou de um grupo; estado mental ou psicológico.” (NOVO, 2004).

Não há como simplesmente abstrair as ideias e mentalidades na análise de fenômenos coletivos que alimentaram o governo Vargas e os impactos políticos que vivemos hoje no Brasil.²² Temos por hipótese que a análise das estruturas de dominação do país ajudam a entender, na complexa disputa eleitoral do Brasil, em 2018, a permanência e o aflorar de ressentimentos e raivas. Essas podem ter se constituído, entre religiosidades e punições, uma consciência não revelada dos brasileiros que se deixa entrever nos limites indefinidos da consciência coletiva, que hoje se espelha na religiosidade e nas perversidades bíblicas, atualizada pelos recursos midiáticos e as ideologias pós-modernas.

Esses movimentos subterrâneos da vida humana, a que nos referimos como mentalidades ou movimentos de longo prazo costumam estar presentes em situações históricas que são objeto de análises sociológicas e políticas sobre o apoio das populações aos regimes fascistas, nazistas ou totalitários. Pelas razões expostas na primeira parte deste estudo, excluímos o governo Vargas e o Estado Novo das denominações mencionadas acima, mas o incluímos em regimes autoritários e de denominação mais controvertida, governos populistas.

Fulvia Zega, (informação verbal, 2018)²³, apresentou um trabalho documental, rigoroso, no Minicurso, sobre os regimes autoritários populistas da Itália, Brasil e Argentina. O Minicurso possibilitou a discursão de algumas ideias que ajudam a pensar sobre a fotografia como fonte histórica do projeto industrialista desenvolvido em São Paulo, focalizado no livro em análise neste trabalho. (MICELI, 1992). Sobre o populismo, Zega (informação verbal, 2018)²⁴, expressou que, no Brasil, o termo é uma discussão em aberto. De nosso ponto de vista, é preciso acrescentar que temos uma reflexão histórica reconhecida por muitos estudiosos do tema.

Francisco Weffort é um dos primeiros estudiosos do tema, “**O Populismo na política brasileira**, publicado em 1978, para fundamentar a análise de uma democracia que se

desenvolve associada à prática do populismo como política de massas.” (FERREIRA, 2019, p. 1). As massas se tornam visíveis no contexto da urbanização e da industrialização, o Estado passa a responder as suas demandas de condições de vida e de trabalho “[...] através da concessão de benefícios expressos em bens de consumo e o voto [...]” em um contexto político autoritário, de controle das manifestações populares. “[...] no duplo paradoxo desta participação, os grupos dominantes que promovem a participação dos grupos dominados, em contrapartida, as massas que servem de suporte para a existência de um regime [...]” de dominação. (FERREIRA, 2019, p. 2).

Ianni (1975, p. 53) vê “[...] a política de massas como um componente fundamental do padrão getuliano de desenvolvimento econômico.” É um contexto de conquistas das classes assalariadas, em especial do proletariado.²⁵ Ianni (1975, p. 53) sintetiza seu pensamento dizendo que “[...] a política de massas foi a vida e a morte do modelo getuliano de desenvolvimento econômico.” E expõe algumas mediações críticas desse processo de modernização e ruptura com os setores dominantes:

A combinação de interesses econômicos e políticos do proletariado, classe média e burguesia industrial [...] destina-se a favorecer a expansão do setor industrial, tanto quanto o setor de serviços. Em concomitâncias criam-se instituições democráticas destinadas a garantir o acesso dos assalariados a uma parcela de poder. [...] Em um plano mais largo, trata-se de uma combinação de forças destinada a ampliar e acelerar os rompimentos com a sociedade tradicional e os setores externos predominantes. Na verdade, foi com base no nacionalismo desenvolvimentista, como núcleo ideológico de política de massas [...]. (IANNI, 1975, p. 55-56).

Na pesquisa histórica sobre os autoritarismos na Itália, Argentina e Brasil, Zega (informação verbal, 2018)²⁶, observou o uso comum da fotografia como acompanhamento em autores clássicos europeus. Nossas pesquisas, no Brasil, mostram isso também, em muitos trabalhos de História da Educação e de História de Trabalho-Educação. Pela análise crítica que fazemos, muitas vezes, a fotografia aparece como ilustração de uma ideia ou como um elemento temático decorativo.

Segundo Zega (informação verbal, 2018)²⁷, no autoritarismo europeu, além da propaganda, a fotografia foi utilizada como meio educacional das massas, para implantar uma nova concepção de Estado. Buscava, também, criar uma figura de cidadão com características estabelecidas por fatores governamentais, que fossem úteis à ideologia da época. Os intelectuais de direita, apoiadores do regime, elaboraram a noção de homem ideal, um *a priori* no sentido de homem nacional. No Brasil, no período varguista, o homem nacional seria o homem branco.

Além da ideia do homem nacional, o poder de comunicação imediata da imagem, de acordo com Zega (informação verbal, 2018), se presta para educar também os analfabetos, porque não precisa de palavras. Esta concepção a favor do regime autoritário instituído se estendia também ao espaço público. A sociedade deve ser homogênea, um corpo único para

a vitória da nação. E o Estado deve intervir sobre a vida do indivíduo para garantir a manutenção desse corpo orgânico.

A fotografia utilizada pelos regimes autoritários é a fotografia oficial, tem a intencionalidade definida pelo Estado, serve a práticas institucionais, a verdades e a mentiras institucionalizadas. Zega (informação verbal, 2018)²⁸, chamou a atenção para a fotografia como retórica nos regimes autoritários latino-americanos, onde existe um nível comum que foi praticado como uso sistemático da mentira institucionalizada para obter o consenso das massas. Tratando dos regimes totalitários europeus, o fascismo italiano e o nazismo alemão, a autora considera que, assim como existe uma arte totalitária, existe uma fotografia totalitária.

Em nosso referencial teórico-metodológico, utilizamos o conceito de totalidade social, “[...] síntese de múltiplas determinações [...]” (MARX, 1977, p. 229), termo que, embora tenha a mesma raiz etimológica do latim *totum*, não se confunde com tudo, nem com o com o conceito de totalitarismo (entre outros, CIAVATTA, 2015). Entendemos que uma arte ou uma fotografia totalitária estaria sempre a serviço de regimes autoritários totalitários, repressores das palavras e das ações contrárias ao regime.

O conceito da fotografia como mediação não expressa apenas sua face aparente, a representação, mas também, seus conteúdos ocultos, não percebidos ou não revelados à primeira vista, sua essência²⁹, as múltiplas relações que a contextualizam e permitem a compreensão de seu sentido e significado histórico.

Ianni (1991) faz diferença entre o desenvolvimento da indústria na Primeira República ou República Velha (1889-1930) e a industrialização na Segunda República, o governo Vargas a partir da Revolução de 1930, até sua queda em 1945. Enquanto na Primeira República, o desenvolvimento econômico da indústria se fazia pela iniciativa de setores da sociedade (fábricas, comércio, transportes etc.), na industrialização, o Estado induz a criação de indústrias através de diferentes tipos de incentivos: novos meios de transporte, créditos subsidiados, preparação da força de trabalho e outros.

A Revolução de 1930 foi um projeto das elites econômicas, dos grandes industriais. A primeira necessidade imposta à sociedade brasileira nos anos 1930 e nas décadas seguintes, foi a consolidação do capitalismo monopolista que tinha como base econômica, no Brasil, a industrialização. (FERNANDES, 1981). Deflagrada após a crise de 1929, acompanhou a crise mundial da economia, criou nova força de trabalho nas grandes cidades, o operariado industrial.

Estava em curso a construção de um Estado nacional e de um homem novo, o cidadão trabalhador. A liderança de Vargas, à frente do Governo Provisório, enfrentou vários embates, sendo o mais grave a Revolução Constitucionalista de 1932 que eclodiu em São Paulo. Em novembro de 1937, Vargas dá o Golpe que consolida o Estado Novo, um Estado centralizador, autoritário, populista, em contato direto com as massas, principalmente, com os trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos da presente situação da sociedade brasileira, a eleição para Presidente da República e para o Legislativo em 2018, com a vitória do candidato de direita, o ex-capitão Jair Bolsonaro. Analisamos fotos do livro de Paulo Miceli (1992) sobre o industrialismo paulista, o lugar dos empresários e da massa de trabalhadores.

O livro de Paulo Miceli (1992) sobre o industrialismo paulista no período Vargas foi o fio condutor para análise das fotografias como fonte de pesquisa social e para discussão do autoritarismo e suas particularidades históricas em um regime fascista. Analisamos o populismo tal como tomou forma no governo Vargas, de modo particular no Estado Novo. Tivemos como referência a análise comparativa de Fulvia Zega (informação verbal, 2018)³⁰, sobre o autoritarismo fascista na Itália e o varguismo no Brasil.

O livro foi elaborado por um historiador e tem características de uma pesquisa de fontes de arquivo, principalmente, as fotografias e dados sobre a criação do CIESP/FIESP. Mas sua linguagem, sua narrativa é institucional. Nada ocorre fora da ordenação fabril, do poder emblemático dos empresários e da grandiosidade dos edifícios, do maquinário e da produção. O sistema capitalista é uma abstração ausente da narrativa oficial. O maquinário se destaca na sua aparente autonomia, sem trabalhadores que, eventualmente aparecem em algumas fotos. Apenas estão presentes na ordenação educativa do Sistema SENAI.

O autoritarismo do regime varguista também está ausente, de sua narrativa, assim como não têm espaço a propaganda oficial do governo, as manifestações de descontentamento dos trabalhadores e de repressão às reivindicações e mobilizações. O livro, na sua estética e na construção da verdade institucional cumpre seu papel de panegírico do industrialismo paulista.

REFERÊNCIAS

ABBUD, B.; DAL PIVA, J. Bolsonariando. **Revista Época**, n. 1059, p. 31, 15 out. 2018.

ALMEIDA, R. de; TONIOL, R. (org.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2018.

AMENDOLA, E. P. **La nascita del fascismo. 1919-1925**, Roma: Riuniti, 1998.

BLOCH, M. **Apologia da história** ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, N. **Perfil ideológico del siglo XX in Italia**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1989.

BRAGA, R. **A rebeldia do precariado**. Trabalho e neoliberalismo no sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942.** 1942a. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-4048-22-janeiro-1942-414390-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Cria%20o%20Servi%C3%A7o%20Nacional%20de,que%20lhe%20confer e%20o%20art.&text=1%C2%BA%20Fica%20criado%20o%20Servi%C3%A7o%20Nacio nal%20de%20Aprendizagem%20dos%20Industri%C3%A1rios>. Acesso em: 25 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942.** 1942b. Lei orgânica do ensino industrial. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 25 mar. 2021.

CIAVATTA, M. **Da história da educação à história de trabalho-educação.** A fotografia como fonte de pesquisa histórica. Niterói: UFF, 2017. Projeto de pesquisa (CNPq, 2018-2023).

CIAVATTA, M. **Historiografia em trabalho-educação** – Como se escreve a história da educação profissional. Uberlândia: Navegando, 2019.

CIAVATTA, M. **Mediações históricas de relação trabalho e educação.** Gênese da disputa na formação dos trabalhadores (1930-1960). Rio de Janeiro: Lamparina: CNPq: FAPERJ, 2009.

CIAVATTA, M. **O trabalho docente e os caminhos do conhecimento.** A historicidade da educação profissional. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). Portal. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/#:~:text=CNI%20%2D%20Confeder a%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20da%20Ind%C3%BAstria,milh%C3%A3o%20de %20estabelecimentos%20no%20pa%C3%ADs>. Acesso em: 27 jun. 2020.

CRUVINEL, T. O time de Pilatos. **Jornal do Brasil**, 12 out. 2018. Política, p. 2.

CUNHA, L. A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo.** São Paulo: UNESP; Brasília: SENAI, 2000.

ECO, U. **Il fascismo eterno.** Milano: La Nave di Teseo, 2018.

FAUSTO, B. **Trabalho urbano e conflito social.** São Paulo: DIFEL, 1986.

FEDERAÇÃO das Indústrias do Estado de São Paulo. **Wikipédia**, 05 maio 2020.

Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Federa%C3%A7%C3%A3o_das_Ind%C3%BAstrias_do_Estado_de_S%C3%A3o_Paulo#:~:text=A%20FIESP%20%C3%A9%20filiada%20%C3%A0,na%20cidade%20de%20S%C3%A3o%20Paulo. Acesso em: 27 jun. 2020.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil.** Ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

FERREIRA, M. A. Populismo e democracia em Francisco Weffort. **Conversas & Controvérsias**, v. 6, n. 1, jan./jun. 2019.

FERREIRA, R. L.; ANHANLETE, A. O Presidente Bolsonaro na manhã de domingo, em meio aos apoiadores. 2020. **Revista Carta Capital**, ano XXV, n. 1109, capa, 10 de junho de 2020. 1 fotografia, acervo da Carta Capital, autores Renato Luiz Ferreira e Andressa Anhanlete.

FRAZÃO, F. Edir Macedo declara apoio a Bolsonaro. **O Estado de São Paulo**, Política – Estadão, 30 set. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,edir-macedo-declara-apoio-a-bolsonaro,70002526353>. Acesso em: 14 out. 2018.

FREYRE, G. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1995.

GOMES, A. C. A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. C. **Estado Novo**. Ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HARDMAN, F. F. **Nem pátria, nem patrão**. Memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2002.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LACERDA, A. L. A “Obra Getuliana” ou como as imagens comemoram o regime. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 241-263, 1994.

LOWY, M. O conservadorismo e a extrema direita na Europa. **Revista de Serviço Social**, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, n. 4, 1978.

MARX, K. **Contribuição para a crítica da Economia Política**. Lisboa: Estampa, 1977.

MARX, K. **O capital**. Livro 1: O processo de produção do capital. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. (Crítica da economia política).

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã** (I - Feuerhach). São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MENEZES, T. Contra a parede. **Folha de São Paulo**, Ilustrada, quinta-feira, 11 out. 2018. p. C1.

MICELI, P. **Além da fábrica**: o projeto Industrialista em São Paulo 1928-1948. São Paulo: FIESP, 1992.

NOVO Dicionário Aurélio. **Dicionário Eletrônico**. Versão 5.0. Positivo Informática, 2004.

OLIVEIRA, L. Apresentação. *In*: OLIVEIRA, L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. C. **Estado Novo**. Ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 10.

PAÍS teve primeira morte em 12 de março. **O Globo**, Sociedade, 28 jun. 2020, p. 14.

PAIVA, F. M. Meninas, eu vi. **Carta Capital**, ano XXIV, n. 1024, 10 out. 2018, p. 24.

ROCHA, M. Em Salvador, mestre Moa do Katendê ensinava a capoeira para crianças em situação de vulnerabilidade social. **Revista Época**. A margem de erro. O que está por trás das pesquisas eleitorais, nº 1059, 2018. 1 fotografia, acervo Rede Brasil de Festival, autor desconhecido.

SANTOS, E. O cantor Roger Waters em show no Allianz Parque, em São Paulo. 2018. 1 fotografia do Jornal **Folha de São Paulo**, impressa, p. C1, 2018, acervo Folhapress.

SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHWARTZMAN, S. **Bases do autoritarismo**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1982.

SHEFFIELD, G. **O conflito se arrasta**. Tropas exaustas na Ofensiva Nivelles e na Batalha de Passchendaele. Primeira Guerra Mundial. v. 6. São Paulo: Folha de São Paulo, 2014.

SINGER, A. *et al.* Fascismo à brasileira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, dom., 24-06-2020, p. B16-B17.

SOUZA, F. Apoiadores de Bolsonaro se reúnem na frente da casa do candidato, em um condomínio na Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio de Janeiro. 2018. **Revista Época**. A margem de erro. O que está por trás das pesquisas eleitorais, n. 1059, 2018. 1 fotografia, acervo AFP, autor Fernando Souza.

STANDING, G. **O precariado**. A nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

VELLOSO, M. P. Cultura e poder político. Uma configuração do campo intelectual. *In*: OLIVEIRA, L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. C. **Estado Novo**. Ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 71-108.

AUTORIA:

* Doutorado em Ciências Humanas (Educação) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora Titular em Trabalho e Educação do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Contato: maria.ciavatta@gmail.com

COMO CITAR ABNT:

Clavatta, M. O projeto industrialista dos empresários no governo Vargas. A fotografia como fonte histórica de trabalho-educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, p. 1-27, abr. 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8660288. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8660288>. Acesso em: 3 maio 2021.

Notas

- ¹ O Minicurso “O autoritarismo em fotografia. Usos políticos da fotografia nos regimes autoritários na primeira metade do século XX”, foi ministrado pela professora Fulvia Zega, da *Università Cà Foscari di Venezia*, no Núcleo de Estudos Contemporâneos do Curso de História da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, nos dias 09, 10 e 11 de outubro 18, conforme consta da divulgação on line: <https://pt-br.facebook.com/143526975844552/photos/o-n%C3%BACleto-de-estudos-contempor%C3%A2neos-nec-uff-convida-para-o-minicurso-o-autoritari/917969958400246/> - Acesso em: 01 de abril de 2021.
- ² Completando a legenda: Manuela d’Ávila, candidata a vice-presidente da República pelo Partido dos Trabalhadores, na eleição presidencial de 2018.
- ³ Entre outras notícias na imprensa, ver “Edir Macedo declara apoio a Bolsonaro. PRB, partido ligado à [Igreja] Universal, já manifestou internamente predileção pelo candidato do PSL num segundo turno entre ele e Fernando Haddad.” (FRAZÃO, 2018).
- ⁴ Segundo o repórter, Roger Watters exclama: “Vocês têm uma eleição importante. Sei que não é da minha conta, mas devemos sempre combater o fascismo. Não dá para ser conduzido por alguém que acredita que uma ditadura militar pode ser uma coisa boa.” (MENEZES, 2018, p. C1).
- ⁵ Menos de três semanas depois, os dados são 1.315941 infectados e 57.103 mortos. (PAÍS..., 2020, p. 14).
- ⁶ André Singer, Cristian Dunker, Cícero Araújo, Felipe Loureiro, Laura Carvalho, Leda Paulani, Rui Braga e Vladimir Safatle.
- ⁷ O texto original de nossa tradução: “Fui antidemocrático, antisocialista, antibolchevique, antiparlamentar, antiliberal, antitodo”.
- ⁸ Maiores detalhes sobre o nascimento do fascismo podem ser encontrados em Eva Paula Amendola (1998).
- ⁹ O texto original de nossa tradução: “Mussolini non aveva nessuna filosofia: aveva solo una retorica. [...] Il fascismo non era una ideologia monolítica, ma piuttosto un collage de diversi idee politiche e filosofiche, un alveare di contaddizioni. Si può forse compire un movimento totalitário che riesca a mettere insieme monarchia e rivoluzione, esercito régio e milizia personale di Mussolini, i privilegi concessi allla chiesa e una educazione statale che esaltava la violenza, il controllo assoluto e il libero mercato?”
- ¹⁰ Seus originais foram para o Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDoc-FGV) e foram utilizados para o artigo de Aline Lopes de Lacerda (1994).
- ¹¹ Podemos citar os países, Hungria, Estados Unidos, Polônia, Áustria; os partidos Aliança Nacional na Itália, a Frente Nacional (RN), na França, Partido da Liberdade na Holanda e outros. Para Lowy (2015, p. 653), o crescimento da extrema direita não se explica somente pela crise econômica. Diferente dos anos 1930, hoje, os interesses da burguesia capitalista são favoráveis à globalização neoliberal e hostis ao nacionalismo econômico.
- ¹² Os relatos históricos (a exemplo de SHEFFIELD, 2014) sobre as condições de vida dos camponeses e dos soldados que voltavam do front da Primeira Grande Guerra, exaustos e famintos, propiciou a organização das massas sob as lideranças que conduziram a Revolução Russa em 1917.
- ¹³ FIESP e CNI, ambas têm grande poder de influência política na educação, até os dias de hoje, particularmente, no sistema educacional, na educação profissional, reunindo empresas e bancos, a exemplo do Todos pela Educação. A FIESP hoje “[...] reúne 52 unidades representativas no estado

de São Paulo, que representam 133 sindicatos patronais e 130 mil indústrias [...]” e a “CNI é a principal representante da indústria brasileira na defesa e na promoção de políticas públicas que favoreçam o empreendedorismo e a produção industrial, num setor que reúne quase 1,3 milhão de estabelecimentos no país.” (FEDERAÇÃO..., 2020; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2020).

¹⁴ O governo era amplamente apoiado pela Igreja Católica, desde a Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, em 1891, sobre as condições dos operários, seus direitos de organização em sindicatos e a greves, diante das questões geradas pela revolução industrial, mas rejeitando o socialismo, a social democracia, além da defesa do direito à propriedade privada.

¹⁵ Decreto-lei n. 4.048 de 22-01-1942 (BRASIL, 1942a), cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; Decreto-lei n. 4.073 de 30-01-1942 (BRASIL, 1942b), Lei Orgânica do Ensino Industrial. Detalhes desse processo foram discutidos por vários autores, a exemplo de Romanelli (1978), Cunha (2000), Ciavatta (2009).

¹⁶ “A famosa fotografia”. Foto da primeira diretoria do CIESP: Francisco Matarazzo (ao centro), Jorge Street (à sua direita), Roberto Simonsen (à esquerda, primeiro Presidente do CIESP), Maurício Klabin, Horácio Lafer, José Ermírio de Moraes, Antonio Devisate, Carlos Von Bülow, Plácido Meirelles e Alfred Weiszflog. (MICELI, 1992, p. 15).

¹⁷ Um desenho de alegoria à indústria, a capa da Cartilha do Povo editada pelo educador Lourenço Filho, o rótulo da Cerveja Antártica, a capa da Constituição de 1937 e a capa dos Estatutos da FIESP de 1931.

¹⁸ O Estado na proposta industrialista (MICELI, 1992, p. 102).

¹⁹ A expressão “irradiação do industrialismo” foi assumida como inspiração do título do livro de Cunha (2000, p. 2), como o autor menciona na Apresentação.

²⁰ Juntamente com Fernand Braudel e Lucien Febvre.

²¹ Referimo-nos a Michel Vovelle, Philippe Ariès entre outros.

²² Da história de três séculos da Colônia guardamos a memória da exploração da terra e da exploração do trabalho humano, em benefício dos poucos que se beneficiavam com a riqueza produzida. À rebeldia dos nativos, sucedeu-se a feroz escravidão dos negros já subjugados na África. No século XVIII, a Inconfidência Mineira e a morte ignominiosa de Tiradentes permanece na memória como uma punição exemplar às tentativas de libertação do jugo português. O que seria um princípio de nacionalidade, a exemplo das Guerras de Independência da Coroa da Espanha na América Latina, tornou-se uma peça histriônica de (In)Dependência do Império Português, assim oficializada no século XIX. Seguiu-se a Proclamação da República sob a égide do autoritarismo militar e positivista. A partir daí, mantendo a tradição de mando das oligarquias desde as Capitânicas Hereditárias, manteve-se as relações de submissão explícita e mascarada, tão bem expressa em Casa Grande e Senzala de Gilberto Freyre (1995).

²³ Vide nota 1.

²⁴ Vide nota 1.

²⁵ No início, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Ianni (1975, p.56) cita o regime de salário mínimo (1940); a CCLT (Consolidação das Leis do Trabalho) (1943), o imposto sindical sob o controle do MT (Ministério do Trabalho), a gestão tripartite entre trabalhadores e empresários sob a tutela do Estado.

²⁶ Vide nota 1.

²⁷ Vide nota 1.

²⁸ Vide nota 1.

²⁹ Essência no sentido metafísico é a generalidade máxima de todo e qualquer ser; no sentido materialista histórico, é o ser nas múltiplas relações que o constituem enquanto tal.

³⁰ Vide nota 1.